

DECOLONIALIDADE, EDUCAÇÃO INTERCULTURAL E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: uma análise a partir da formação docente de professores indígenas

Celio Bezerra Soares Santos ¹

Jose Maione Silva Lemos ²

Marcelo Henrique Goncalves de Miranda ³

RESUMO

O presente artigo busca analisar como as práticas pedagógicas de professores indígenas repercutem em seu cotidiano para o fortalecimento da sua cultura, de sua história e de sua identidade, não só em meio ao espaço acadêmico, mas fora dele também. Dessa maneira, têm-se como objetivo geral, analisar se as práticas pedagógicas adquiridas no curso de Licenciatura Intercultural Indígena, por parte dos docentes indígenas, fortalecem, valorizam a cultura, a história e identidade indígenas nos alunos. Para tanto, utilizou-se da Análise de Conteúdo como método de análise e as técnicas da entrevista semiestruturada e de conversas informais como ferramentas para a coleta de dados. Tais técnicas de coletas de dados foram aplicadas nos docentes, egressos do curso de Licenciatura Intercultural Indígena que pertence ao Núcleo de Formação Docente (NFD), do Campus Acadêmico do Agreste (CAA), da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Verificou-se que os alunos do referido curso se apropriam dos conhecimentos abordados na licenciatura de forma a promover uma educação decolonial utilizando a perspectiva da interculturalidade para a produção do seu próprio conhecimento levando em consideração as especificidades de seu povo.

Palavras-chave: Decolonialidade, Interculturalidade, Educação Escolar Indígena, Práticas Pedagógicas

INTRODUÇÃO

O presente estudo é fruto de uma pesquisa desenvolvida no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, da Universidade Federal de Pernambuco PIBIC/UFPE, entre os anos 2018 e 2019, intitulada: Saberes Docentes Indígenas e Formação Profissional: tensões e articulações na redistribuição e reconhecimento na visão dos licenciandos do curso Intercultural Indígena da UFPE. Esta pesquisa teve como objetivo mapear se os licenciandos e licenciandas da segunda turma do curso de Licenciatura Intercultural Indígena do NFD/CAA/UFPE concebem seus saberes docentes e sua formação profissional como estratégias para a redistribuição e o reconhecimento.

¹ Graduando do Curso de Licenciatura em Matemática da Universidade Federal de Pernambuco Centro Acadêmico do Agreste – UFPE-CAA, celioulupe@outlook.com;

² Graduando do Curso de Licenciatura em Matemática da Universidade Federal de Pernambuco Centro Acadêmico do Agreste – UFPE-CAA, maione_lemos@hotmail.com;

³ Docente permanente dos PPGEDUC e PPGDH, ambos da UFPE e docente do Núcleo de Formação Docente do CAA/UFPE. mm.marcelohenrique@yahoo.com.br

Com a invasão do, que hoje chamamos de Brasil pelos portugueses houve e ainda há consequências desastrosas para o povo indígena que já habitavam o nosso país antes da chegada dos invasores dessa maneira, os povos indígenas viveram em uma constante luta para continuarem existindo. Esta luta que se dá pela busca de reconhecimento cultural, pela demarcação de seu território, bem como.

Nesse caminho, os indígenas vêm sofrendo um processo assimilação e inclusão à identidade nacional que produz a aculturação e a perda de identidade desses povos. Nesse processo, há imposição dos costumes eurocêntricos trazidos e oriundos dos portugueses, e que se perdura até os dias atuais. Esses costumes eurocêntricos e etnocêntricos são impostos como hierarquicamente superiores e “civilizados” em detrimento dos costumes e da visão de mundo dos povos autóctones do nosso país, dos seus saberes, suas formas de bem viver etc. Vale ressaltar que essa hierarquia não adquire esse contorno apenas em relação aos indígenas, mas também, em relação a nós latinos por meio da materialização da colonialidade do ser, colonialidade do poder, colonialidade do saber via a racialização (QUIJANO, 2005; MIGNOLO, 2008).

Entretanto, para desestabilizar essas colonialidades, deve-se assumir e fortalecer uma decolonialidade epistêmica. Ou seja, uma desvinculação dos fundamentos, dos conceitos e conhecimentos oriundos do eurocentrismo.

Nesse caminho, o que Mignolo (2008) propõe é aprender a desaprender (MIGNOLO, 2008) esses saberes eurocêntricos que vem sendo impostos aos povos da América Latina como um todo, e de forma específica, impostos aos povos indígenas. Tal desobediência epistêmica é a materialização da decolonialidade.

Corroborando com as ideias de Quijano (2005) e Mignolo (2008) citadas acima, Catherine Walsh (2008) expõe que a decolonialidade, ou seja, a desobediência epistêmica, são os esforços para pensar alternativas na construção de um Estado social pluri, multi e intercultural (WALSH, 2008).

O Estado deve, via uma prática e estrutura intercultural, respeitar, assumir, incentivar a interação entre os distintos grupos que compõem a nossa sociedade, caminhos para além da dicotomia entre meritocracia e diferença, dessa maneira, estimulando o aprendizado com a diversidade/diferença (COELHO, 2007).

Nesse caminho, os povos indígenas como maneira de resistência à opressão em que sofriam e que ainda sofrem, devem viver e se fortalecer a desobediência epistêmica. Para concretizar essa desobediência devem reconhecer os saberes que são construídos por eles

como legítimos, importantes e válidos no combate da colonialidade, descolonizando o saber, o ser, o poder e a mãe-natureza (MINGNOLO, 2008),

Das descolonialidades explicitadas acima, Walsh (2008) afirma que a descolonialidade do saber e da mãe-natureza são desestabilizar o saber eurocêntrico priorizando os conhecimentos que são ensinados de gerações a gerações dos povos indígenas.

Nesse percurso, há a valorização da cultura de um povo diante dos valores adquiridos e resguardados na natureza; e a espiritualidade que esses indivíduos captam da presença e da energia dos seus ancestrais. Tais ações são fundamentais para a continuidade da vida mediante suas forças de sustento e guia para decisões futuras além do respeito e aprendizado com a diferença (WALSH, 2008).

Assim, os povos indígenas buscam formas de resistência para preservar suas origens e fortalecer sua identidade como forma de resistência, desobediência epistêmica por meio de uma educação intercultural entre os povos indígenas e os não indígenas que compõem a nossa sociedade. Tais ações desdobram-se em dois caminhos: a) ao se conhecer melhor o opressor é possível se proteger de maneira mais eficaz diante de suas formas opressoras. Nessa perspectiva, “só existe o dominado contra a dominação se este se reconhece como tal” (PINTO, 2008, p. 36); e b) por meio de uma educação intercultural. Existe a possibilidade de um processo pedagógico de respeito e aprendizado com a diversidade/diferença.

Nesse caminho, povos os indígenas buscam se aprimorar por meio de uma educação intercultural, como maneira de defesa e de resistência, a fim de preservar e fortalecer sua cultura além de valorizar suas especificidades a partir de uma educação diferenciada.

De acordo com a Lei 11.645, sancionada em 2008, e que altera a Lei 10.639 (2003), que acrescenta e estabelece à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), a inclusão, no currículo oficial da rede de ensino, da obrigatoriedade da temática da História e Cultura Indígena. Somando à Lei 11.645, temos as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena (BRASIL, 2012), a qual estabelece a obrigatoriedade de professores indígenas para lecionar em escolas indígenas. Diante dessas diretrizes curriculares, o Estado passou a ter como normativa a formação e profissionalização de indígenas como futuros docentes indígenas. Tal aspecto fortalece os saberes, a cultura e a identidade desses povos.

Levando em consideração a necessidade da formação e profissionalização dos docentes indígenas, a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), no Campus Acadêmico do Agreste (CAA), no Núcleo de Formação Docente, inicia a sua primeira turma do curso de

Licenciatura Intercultural Indígena, em 2009, envolvendo as várias etnias do estado de Pernambuco, como Atikum, Pankararu, Fulni-ô, Kambiwá, Kapinawá, Truká, Xucuru e Pankará. Nessa primeira turma, foram formados com nível superior 152 professores indígenas.

Vale ressaltar que no viés da educação intercultural se buscou incentivar e fortalecer diálogo entre dois grupos: os licenciandos indígenas e os docentes da UFPE não indígenas por meio do respeito e aprendizado com a diversidade/diferença. Nessa direção, “*la perspectiva de interculturalidad se enraíza en el reconocimiento de la diversidad y diferencia culturales, com metas a la inclusión de la misma al interior de la estructura social establecida*” (WALSH, 2009, p.03).

No entanto, a educação intercultural é um desafio para ser concretizada via estratégia, ação e processo permanentes. Nesse caminho, visando concretizar uma dimensão decolonial é necessário que os sujeitos, na prática dessa educação, consigam atingir níveis de aprendizado com criticidade, não seja assimilacionistas nem integralista. Assim, promove-se a educação intercultural crítica, marco fundamental para repercutir na prática docente desses professores indígenas.

La interculturalidad entendida críticamente aún no existe, es algo por construir. Por eso, se entiende como una estrategia, acción y proceso permanentes de relación y negociación entre, condiciones de respeto, legitimidad, simetría, equidad e igualdad (WALSH, 2009).

A partir do exposto acima, levando em consideração os estudos decoloniais, a educação intercultural crítica e a formação docente do professor indígena, tem-se como problema de pesquisa: as práticas pedagógicas dos egressos do curso Licenciatura Intercultural Indígena, do NFD/CAA/UFPE fortalecem, valorizam a cultura, a história e identidade indígenas nos alunos?

Dessa maneira, têm-se como objetivo geral, analisar se as práticas pedagógicas adquiridas no curso de Licenciatura Intercultural Indígena, por parte dos docentes indígenas fortalecem, valorizam a cultura, a história e identidade indígenas nos alunos da Educação Escolar Indígena

E como objetivos específicos: a) identificar via verbalizações dos docentes como a educação intercultural e decolonial é ensinada em suas práticas docentes; b) Mapear que temáticas são abordadas pelos docentes indígenas no cotidiano da escola

ASPECTOS METODOLOGICOS

O presente estudo é de natureza qualitativa e para tanto utilizar-se da análise de conteúdo (AC). Essa metodologia parte da análise de duas funções a partir de sua aplicação. Uma se refere à verificação de hipóteses e/ou questões; a outra diz respeito à descoberta do que está por trás dos dados coletados na referida pesquisa, embora cada uma delas possa ser aplicadas separadamente nada impede que as funções da AC sejam aplicadas juntas de forma que uma complemente a outra (MINAYO, 2016). A AC tem como finalidade categorizar as falas dos professores indígenas no que se refere as práticas utilizadas para a transmissão do conhecimento nas escolas indígenas levando em consideração seus valores, saberes e histórias, no intuito de verificar se o fortalecimento da identidade e valorização da cultura dos povos indígenas é de fato uma preocupação dos professores.

Vale ressaltar que focamos na Análise de Conteúdo Temática (ACT). Seu conceito central é o tema que engloba um grupo de relações e pode ser explicitado por meio de uma palavra, frase ou um resumo. Assim, a referida análise possibilita categorizações, inferências, descrições e interpretação (GOMES, 2016).

Sendo assim, tendo por referência a ACT, foi realizado uma leitura exaustiva do material coletado via as técnicas de coletas de dados, tendo a finalidade de:

a) Ter uma visão de conjunto; b) apreender as particularidades do conjunto do material a ser analisado; c) elaborar pressupostos iniciais que servirão de baliza para a análise e a interpretação do material; d) escolher formas de classificação inicial; e) determinar os conceitos teóricos que orientarão a análise (GOMES, 2016, p. 83).

As ferramentas escolhidas para a coleta dos dados foram: conversas informais e entrevista semiestruturada. Essas ferramentas buscam ter acesso ao mundo subjetivo dos entrevistados com o intuito de compreender a realidade vivenciada pelos professores indígenas, egressos do curso de Licenciatura Intercultural Indígena, da UFPE, tendo como referência as representações que esses docentes têm sobre suas práticas pedagógicas na Educação Escolar Indígena. Nessa perspectiva, buscou-se alcançar os seguintes objetivos específicos: a) identificar via verbalizações dos docentes como a educação intercultural e descolonial é ensinada em suas práticas docentes; b) Mapear que temáticas são abordadas pelos docentes indígenas no cotidiano da escola

Desse modo, a análise dos dados coletados permitiu uma visão geral e aprofundada entre o processo de aprendizado dos licenciandos e licenciandas, no curso Intercultural Indígena e as práticas pedagógicas utilizadas pelos mesmos no ambiente escolar. Nesse

sentido, as entrevistas semiestruturadas foram gravadas para se obter o máximo de informação possível e a devida análise dos dados *a posteriori*.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foi realizado em primeiro momento uma visita a uma escola indígena, a Escola Estadual Memby, no território do povo Xucuru, localizada na cidade de Pesqueira-PE. Nessa visita, entrevistamos quatro docentes indígenas. Dessas quatro docentes, duas foram alunas da primeira turma do intercultural, seu início foi em 2009 e término em 2013; e as outras duas docentes foram formadas na segunda turma do intercultural, seu início foi no segundo semestre de 2013 e término em 2018. A partir desse momento, denominaremos as nossas entrevistadas de: Professora A, 1ª turma; Professora B, 1ª turma; Professora C, 2ª turma e Professora D, 2ª turma).

O intuito foi identificar não apenas como as professoras trabalham os saberes docentes adquiridos na academia para as crianças indígenas, mas também, analisar se o que lhes foi proposto como produção de conhecimento pelo curso de Licenciatura Intercultural Indígena assumiu uma perspectiva de educação intercultural crítica e decolonial.

Ao analisar as falas das nossas entrevistadas, percebeu-se que foi vivenciado no decorrer do referido curso, durante as duas turmas de licenciatura características interculturais entre os saberes dos indígenas e os saberes dos não indígenas.

Em tais situações, houve momentos em que se buscavam mesclar as duas culturas, indígena e não-indígena, reafirmando a interculturalidade descrita por Walsh.

Segundo Walsh (2008, 2009), a perspectiva da educação intercultural se dá no enraizamento do reconhecimento das diversidades/diferenças culturais estabelecidas na estrutura social. Como podemos perceber por meio da fala de uma das entrevistadas:

No momento da abertura do curso ocorreu a apresentação do toré⁴. Esta apresentação foi imprescindível para fortalecer e reafirmar sua identidade, de seu povo mediante os não indígenas e também docentes da Universidade. Durante esta apresentação, notamos que alguns dos alunos nos olhavam com preconceito. Mas, que com o decorrer do tempo, tivemos a possibilidade de percebermos que o espaço acadêmico pertence não só à eles, mas que também era nosso (Professora A 1ª turma)

Assim, por meio de entrevistas e das conversas informais, pode-se identificar que para os indígenas egressos do curso de Licenciatura Intercultural Indígena foi possível perceber

⁴ Ritual que une a dança, religião, luta e brincadeira. Ele pode variar de acordo com a cultura de cada povo, mas é praticado por muitos dentre eles os Potiguara, Pankararé, Truká e Funil-ô.

que os saberes dos seus antepassados, a energia espiritual presente nos ambientes da natureza lhes trazem uma gama de conhecimento que viabiliza o fortalecimento de sua identidade.

Em outro momento, via conversas informais com a Professora C, 2ª turma, em relação ao que ela vivenciou em sua prática pedagógica em seu povo, foi percebido que houve interações entre a cultura e saberes não-indígena e os indígenas. No ensino de matemática, sob a temática das 4 operações: adição, subtração, multiplicação e divisão, a referida professora mencionou que priorizou trabalhar com a lógica matemática da educação não indígena relacionando-a com a experiência de cálculos matemáticos em que seus alunos do Ensino Fundamental realizam quando acompanham seus pais na comercialização de produtos agrícolas orgânicos na feira livre da cidade de Pesquisa/PE.

Nesse sentido, podemos afirmar que o curso de Licenciatura Intercultural Indígena possibilitou que os docentes indígenas pudessem ampliar seu entendimento no que se refere as decolonialidades do saber e do bem estar com a natureza, percebendo que tais decolonialidades estão próximas e servem para fortalecer seus saberes, a preservação da vida e de sua identidade. Nessa perspectiva decolonial, visando as decolonialidades do ser e do bem estar com a mãe terra (natureza), foi possível a produção e fortalecimento dos conhecimento construídos pelo povo indígena Xukurú.

Nessa construção pedagógica intercultural, há anualmente, a realização de uma assembleia com duração de quatro dias, durante o mês de maio. Nessa assembleia há a presença de aproximadamente cinco mil pessoas entre indígenas do povo Xukuru, indígenas de outras etnias e não-índios de diversas localidades de Pernambuco. A referida assembleia tem a finalidade de debater e problematizar temas relevantes para os indígenas, de maneira específica, e para o bem estar da sociedade, em geral. Entre esses temas, são debatidos a questão da educação específica e diferenciada indígena como forma de emancipação e fortalecimento dos indígenas; a preservação do meio ambiente, agricultora sem uso de insumos químicos, saúde indígena dentre outros temas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo analisar se as práticas pedagógicas adquiridas no curso de Licenciatura Intercultural Indígena/UFPE, por parte dos docentes indígenas fortalecem e valorizam a cultura, a história e identidade indígenas nos alunos da Educação Escolar Indígena dentro ou fora da sala de aula nas escolas indígenas do povo Xucuru.

Nesse caminho, por meio dos dados coletados juntos às quatro docentes egressas das duas turmas do referido curso, encontramos que houve um processo de ensino e aprendizagem que valoriza a cultura, histórias, e identidade indígenas. Os resultados apontaram que há um processo de desobediência epistêmica em que os conhecimentos não indígenas são reapropriado de por meio de uma educação intercultural crítica para que os indígenas possam se posicionar e reivindicar seu direito enquanto indígena, resgatando sobretudo seus costumes, cultura, crenças e identidade.

As entrevistas com os quatro professoras indígenas permitiu ter acesso à subjetividade do povo Xukuru de modo a analisar os traços de uma educação decolonial, frisando sempre a decolonialidade do ser, do saber do poder e da natureza.

Nesse caminho, o conhecimento acumulado dos mais antigos foi priorizado no cotidiano da Educação Escolar não Indígena. Assim, chega-se a conclusão de que os docentes egressos do curso de Licenciatura Intercultural Indígena se munem dos conhecimentos dos não-indígenas para poder fortalecer os seus próprios conhecimentos, afirmando sua forma própria de produção de conhecimento.

Já no que se refere aos resultados esperados, podemos afirmar que eles contribuíram para o campo de conhecimento das ciências humanas e sociais auxiliando na construção de um saber decolonial, partindo da premissa de que o conhecimento não é construído apenas na academia, enclausurado em quatro paredes como propõe o eurocentrismo, e sim constituído no contato com a sociedade, no dia a dia das pessoas, na valorização e respeito da cultura, identidade e história do povo indígena e na interação desses povos com os não indígenas.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Jórisa Danilla Nascimento. **Teoria pós-colonial, estudos subalternos e América Latina: uma guinada epistemológica?** - In Estudos de Sociologia. Araraquara v.21 n.41 p.273-289 jul.-dez. 2016.

COELHO, Elizabeth Maria Beserra. Povos Indígenas e Ações Afirmativas. In **Ciências Humanas em Revista**. v. 5, número especial, São Luís, 2007.

GOMES, Romeu. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa . In MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, Rio Janeiro, Vozes, 2016.

MIGNOLO, Walter D. **Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de Identidade em política**. Revista Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade, no 34, p. 287-324, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, Rio Janeiro, Vozes, 2016.

PINTO, Celi Regina Jardim. **Nota sobre a Controvérsia Fraser–Honneth**. Informada Pelo Cenário Brasileiro (35-58). In Revista Lua Nova, São Paulo, n. 74, 2008.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In. Edgardo Lander (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.** Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro 2005.

WALSH, Catherine - **Interculturalidad, plurinacionalidad y decolonialidad: las insurgencias político-epistémicas de refundar el Estado** - In Tabula Rasa. Bogotá - Colombia, Nº.9: 131-152, julio-diciembre 2008.

WALSH, Catherine. **Interculturalidad Crítica y Educación Intercultural.** In Artigo ampliado de um texto apresentado no Seminário “Interculturalidad y Educación Intercultural”, no Instituto Internacional de Integración del Convenio Andrés Bello, La Paz, 9-11 de marzo de 2009.